

# **A longa Novela do Racismo. Comparando história e literatura no Brasil e na África do Sul**

## **The long Novel of Racism. Comparing history and literature in Brazil and South Africa**

*Elaine Pereira Rocha\**

### RESUMO

Este trabalho tem como proposta um estudo comparativo entre o racismo no Brasil e na África do Sul durante a primeira metade do século vinte, usando como fonte oito romances escritos e publicados na época. A idéia central é identificar formas de representação das relações raciais nos dois países e como estas se refletem nos romances de dois autores brancos: Alan Paton e Jorge Amado, e dois autores negros: Lima Barreto e Peter Abrahams. São examinadas questões relacionadas à exclusão econômica e social, bem como as ambigüidades e contradições que permeiam a miscigenação nos dois países. Pontos de diferenciação e de semelhança são clarificados quando se associa a literatura à historiografia, tomando as novelas imagens espelhadas do cotidiano e seus conflitos. O estudo discute ainda o uso da literatura como fonte para a história cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura; história cultural; racismo; miscigenação.

### ABSTRACT

This article focuses on comparing racism in South Africa and Brazil by analyzing eight novels written between 1909 and 1953 that discuss racism. The aim is to examine the phenomenon in these two societies and the way it was reflected in the novels of two white authors: Alan Paton and Jorge Amado, and two black authors: Afonso Henrique Lima Barreto and Peter Henry Abrahams. It explores the authors' environment and their relationship with their countries' racial policies. The influence of being raised in a particular class or racial group has determined their approach to social themes just as much as their political commitment. It is a comparative study which proposes the use of literary works as sources for cultural history.

**KEYWORDS:** literature; cultural history; racism; miscegenation.

Este artigo se baseia na dissertação de mestrado *Racism in Novels: a Comparative Study of Brazilian and South African Cultural History* apresentado à University of Pretoria, e se propõe a discutir como o racismo é representado em romances de Jorge Amado, Lima Barreto, Alan Paton e Peter Abrahams, publicados no período entre 1909-1953. Este extrato da dissertação concentra-se em analisar o uso da literatura como fonte para estudos de representação na história cultural.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da University of the West Indies, Cave Hill/ Barbados.

A primeira coisa que atrai a atenção (e a curiosidade) de um brasileiro na África do Sul é a questão como as representações raciais e étnicas estão presentes no cotidiano desse país, mesmo depois de mais de uma década do fim do Apartheid. Da mesma forma, um estrangeiro no Brasil irá notar que os brasileiros pouco se referem a questões de raça. Ao longo dos anos, a imagem do país como lugar sem conflitos raciais tem atraído turistas e estudiosos de outros países.

A sociedade brasileira tem a sua maneira muito própria de lidar com questões raciais, que pode ser mal compreendida ou despercebida por um viajante distraído. O racismo é de fato um grande problema no Brasil desde os tempos coloniais que tem contribuído para a exclusão social, política e econômica de significativa parte da população (SCHWARCZ e REIS: 1996; GUIMARAES e HUNTLEY, 2000). De acordo com o censo de 2004, cerca de 46 % da população brasileira é constituída por afrodescendentes, e no entanto, negros e mulatos estão em minoria em posições de destaque na economia, política e sociedade, uma situação que contrasta com a publicidade gerada pelo tão explorado mito da democracia racial.

Por outro lado, a África do Sul tem abertamente exposto as questões raciais que dividiram o país por quase um século e que culminaram com a derrota do regime de segregação e dominação branca em 1994. Neste país, que impôs leis de separação espacial e controlou o acesso à educação, 13 % da população negra estão hoje entre os mais ricos, e uma significativa classe média de profissionais e intelectuais –entre os quais Nelson Mandela e Walter Sisulu– lideraram desde os anos 40 a resistência contra o regime opressor. Ao final do Apartheid, a África do Sul possuía profissionais e políticos de alto gabarito que puderam assumir o comando do país sem comprometer o desenvolvimento econômico, apesar da pobreza que atinge grande parte da população sul-africana.

Academicamente falando, fazer comparações é uma tarefa arriscada, principalmente em questões tão sensíveis como racismo, e as partes em questão nunca estarão satisfeitas em serem julgadas por um estrangeiro –do qual consideram a visão limitada, ou por um de seus pares– que corre o risco de ser considerado um traidor. Uma outra questão é que o conhecimento que se obtém via literatura sobre um outro país, nunca pode ser considerado igual ao

conhecimento acumulado pela vivência no seu país de origem. O perfeito equilíbrio é assim impossível de ser alcançado.

John M. Coetzee declara suspeitar de historiadores estrangeiros que estudam o Apartheid na África do Sul, afirmando que para entender o que foi o regime de segregação os historiadores têm que ir além da comparação entre políticas e legislações de diferentes países, é necessário ter vivido em meio a essa segregação (COETZEE, 1991: 1-35). Similarmente, para entender os disfarces e mascaras do racismo brasileiro é importante ter vivido no Brasil, mais ainda sendo parte da população. A questão racial é algo muito sensível em ambas as sociedades –um campo minado, pôde-se dizer, ou “território sagrado”, para os que preferem uma abordagem religiosa (SUESS, 1994: 2-14).

O cerne da comparação entre o Brasil e a África do Sul é sempre o fato de que o Brasil –ao contrario daquele país– nunca teve leis de segregação ou de proibição de casamentos entre brancos e negros. Isto é verdade, porem sabe-se que até a década de 1970, em diferentes partes do Brasil clubes de elite barravam a inscrição e entrada de negros, assim como a barreira da “boa aparência” eliminou muitos negros e mulatos do mercado profissional. Mais importante para este estudo, durante todo o século vinte a produção literária brasileira promoveu somente alguns autores negros e poucos trabalhos dedicados à experiência dos negros no Brasil, enquanto que a África do Sul produziu importantes autores que ganharam renome internacional com obras que refletiam a experiência de negros e mestiços (*coloureds*) mesmo durante o regime do Apartheid.

Leis e estatísticas têm uma capacidade limitada para explicar um assunto que envolve sentimentos, representações e percepções, como o racismo. Por essa razão, o uso da literatura, em especial dos romances escritos e publicados num determinado período pode ser útil para entender algo tão subjetivo. O projeto de pesquisa no qual este trabalho se baseia selecionou quatro autores, dois brancos, Alan Paton e Jorge Amado, e dois negros, Lima Barreto e Peter Abrahams, em oito romances publicados durante um período crucial para a construção da nacionalidade no Brasil e na África do Sul, que é a primeira metade do século vinte.

Os romances de Paton, *Cry, the beloved country* (1948) and *Too late, the Phalarope* (1953) têm como tema central a segregação racial na África do Sul e

as conseqüências social, econômica e política no período imediatamente anterior à oficialização do Apartheid como regime e em seus primeiros anos.

Jorge Amado explora a questão da discriminação, a exploração econômica e a exclusão política dos negros no nordeste brasileiro no momento em que o Brasil está construindo o discurso da unidade nacional, com Getúlio Vargas, que oficialmente nega o racismo e abraça a teoria das três raças unificadas sem conflito. O estudo selecionou os romances *Seara Vermelha* (1946) e *Jubiabá* (1934-35) pertencentes à primeira fase do escritor, que coincide com sua ativa participação no partido comunista. A ideologia do autor influencia a obra a ponto de que a hierarquia racial é superada pela adoção do ideal de uma sociedade sem classes.

Entre as obras de Lima Barreto, selecionou-se *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) e *Clara dos Anjos* (1922), que abordam o racismo claramente, explorando sua presença às vezes objetiva outras subjetiva no cotidiano do Rio de Janeiro. Sem vinculação partidária, Lima Barreto é uma voz solitária numa sociedade que recusa ver e aceitar que a discriminação e segregação limitam a participação de negros e mulatos em todos os segmentos, e num momento em que o Brasil não possui outros escritores denunciando o mesmo problema, com exceção de Manuel Quirino, que não é novelista.

Solidão não era certamente o problema de Peter Abrahams, que se juntou a outros intelectuais brancos, mulatos e negros que denunciaram interna e externamente as condições de vida dos não-brancos na África do Sul, antes do Apartheid. Seus romances alcançaram considerável sucesso dentro e fora do país e muitas delas poderiam ser utilizadas para analisar o racismo, embora esta pesquisa tivesse selecionado duas delas: *Mine Boy* (1946) e *The Path of Thunder* (1948).

Os romances de Lima Barreto, ainda que situados no início do século são úteis para a compreensão das relações entre brancos, mulatos e negros no cotidiano do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX, num período em que o debate sobre o racismo científico se refletia em políticas eugênicas. Essas teorias e políticas influenciariam medidas governamentais e o pensamento intelectual nas décadas seguintes.

### **Brasil, África do Sul e as inevitáveis comparações:**

Estudos comparativos entre Brasil e África do Sul tem sido mais comuns nos últimos anos, seguindo o fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países, depois do fim do Apartheid. De fato, a luta pelo fim do regime de dominação branca na África do Sul inspirou os movimentos anti-racismo e por ações afirmativas no Brasil durante as últimas décadas do século vinte.

Apesar do fato de que os dois países têm muitos aspectos de sua história e cultura em comum, como a colonização, imperialismo, escravidão, ditadura, miscigenação, existe ainda uma vasta área inexplorada para pesquisas em história comparada. O trabalho de Gay Seidman, comparando o movimento sindical e sua contribuição para a redemocratização nos dois países pode ser considerado um breve início (SEIDMAN, 1985).

Outra importante contribuição veio do historiador brasileiro Fernando Rosa Ribeiro, que analisou e comparou o racismo no Brasil e na África do Sul. Seu trabalho abriu as portas para uma nova perspectiva sobre o racismo no Brasil e contribuiu para quebrar o mito da democracia racial (ROSA RIBEIRO, 1993: 95-120; 1996; 2004: 1-14).

Em parte, a ausência de trabalhos comparativos está associada aos limites da língua e ao modo como ambas as academias se encontram voltadas para os Estados Unidos e Europa, relegando outros países do Terceiro Mundo a um segundo plano. Conforme indicado por Chris Lorenz, ao lado de uma metodologia para a história comparativa, a academia está sujeita às “políticas de comparação”, que escondem as escolhas de objetos, parâmetros e abordagens (1991:25). Portanto, não é de se estranhar que o interesse por comparações entre África do Sul e Brasil tenha crescido juntamente com o movimento contra o racismo no país americano e a re-democratização do país africano.

Enquanto as características e os fatos relacionados à política racista sul-africana emergem na academia e na mídia em teses, análises, romances e testemunhos, o Brasil ainda resiste em abandonar de vez a mitologia da democracia racial, uma tendência que afeta também à historiografia e faz indagar sobre uma *política de branqueamento da história brasileira*.

Estudos comparativos entre os racismos ideológico, regulamentado e

praticados nos dois países, levando em consideração questões subjetivas existentes nas relações do cotidiano, têm o poder de revelar semelhanças e desconstruir mitos como o da segregação absoluta na África do Sul durante o Apartheid.

O período escolhido para essa análise –1900-1953– marca o avanço do capitalismo, com a exploração intensiva das reservas minerais, a construção de ferrovias e rodovias, urbanização e industrialização, e o conseqüente re-arranjo social liderado pelo Estado para acomodar as necessidades de mão-de-obra, a disponibilidade de terras e o mercado consumidor sem interferir no *status quo* dos grupos dominantes. Após a II Guerra Mundial a luta por democracia influenciou o debate sobre discriminação racial no mundo inteiro, trazendo uma nova onda de produção científica e uma demanda intelectual e política pela descolonização da África e Ásia assim como por direitos civis nos Estados Unidos.

No Brasil, este é o momento do fim da ditadura populista e de uma breve democratização, na qual o país assegura a imagem externa de um país mestiço caracterizado pela tolerância racial. Enquanto isso, o partido nacionalista se fortalecia preparando-se para assumir o poder na África do Sul em 1948 e oficializa uma política de segregação que visa garantir o suprimento de mão-de-obra barata para mineradoras e outras empresas, e a supremacia dos brancos num país africano.

O pós-guerra também influenciou a produção acadêmica, e gradativamente os historiadores passam a buscar novas abordagens e fontes, incorporando novos objetos para seus estudos, rejeitando os limites disciplinares impostos pela tradição. A influência de intelectuais vindos de segmentos antes silenciados como os historiadores afro-americanos e outros provenientes de países colonizados determinou uma transformação no *corpus* da história e esta se abre para a influência de outras disciplinas. Um exemplo disso é o trabalho do palestino Edward Said *Cultura e Imperialism* (1995) que analisa o imperialismo britânico, tendo como base as representações dos colonizados na literatura inglesa, e que se tornou uma referência para estudos de literatura tanto como para a história.

Marc Ferro, em *The Use and Abuse of History* (2003) e em *Colonization: a Global History* (1997), enfatiza que o problema da exploração racial influencia

a produção histórica. Para o historiador, colonialismo e racismo são conceitos intimamente ligados e relacionam-se com o processo de construção da nação e com o imperialismo econômico, e compreender essa dinâmica é crucial para uma análise dos problemas políticos, econômicos e sociais da contemporaneidade.

A abundância de estudos históricos sobre as relações raciais existentes na África do Sul contrasta com uma produção relativamente pequena no Brasil, que se concentra em estudos sobre a escravidão. Há que se considerar até que ponto isso foi o efeito do controle imposto pela ditadura militar nos anos 60 e 70, que também optou pela imagem de “paraíso racial”, renegando conflitos internos e qualquer tipo de discriminação baseada em características físicas como a cor da pele, por exemplo. A maior parte dos trabalhos que adotaram uma postura crítica em pesquisa sobre o período pós-escravidão surgiram entre o final dos anos 80 e anos 90, sob a influência de pesquisadores estrangeiros como Degler (1971), Corwin (1974) e Skidmore (1974) que receberam duras críticas por denunciarem o racismo no Brasil. A reação brasileira ao movimento dos afro-americanos por direitos civis e pelo fim da segregação, ao invés de provocarem uma revisão sobre a nossa sociedade, usou os conflitos nos Estados Unidos como ponto para reforçar a negação de racismo no Brasil, na afirmação popular: “Nos não somos racistas. Racistas são os norte-americanos”; com a mesma reação para a África do Sul, quando as atrocidades do Apartheid chegaram à mídia brasileira.

Rosa Ribeiro conta que ao apresentar o resultado parcial de suas pesquisas comparando o racismo na África do Sul e no Brasil em meados dos anos 90, recebeu de seus pares uma reação de absoluta negação em aceitar o que o pesquisador apresentou com dados e documentação sobre a dominação racial ser a base do processo de construção da nação nos dois países (ROSA RIBEIRO, 1997: 79-89).

Se a questão racial no Brasil foi um assunto de grande importância até primeira metade do século XX, o assunto foi inteiramente sufocado pelas políticas de Vargas e do militarismo que viam qualquer denúncia de desigualdade ou racismo como um ato de subversão contra o Estado (SKIDMORE, 1974). A tese que prevalece e que mais tem influenciado o pensamento brasileiro sobre raça é a de Gilberto Freyre em *Casa Grande e*

*Senzala*, que reconhece abusos durante a escravidão, mas defende a fusão das raças de maneira pouco conflituosa. Freyre voltaria ao assunto em *Ordem e Progresso* (1959), no qual ele demonstra através de depoimentos orais como o racismo continuava prevalente no Brasil ainda na década de 1950, porém a sua afirmação de que os brasileiros (e os lusos) são geneticamente e culturalmente mais voltados para a tolerância e miscigenação racial continua a ser repetida como verdade bíblica, mesmo depois que os fatos sobre o racismo em Moçambique vieram à tona.

Nos últimos anos, o número de pesquisas e publicações sobre o assunto tem aumentado no Brasil, com destaque para as obras de Chalhoub (1996), Schwarcz (1993), Butler (1998), Caulfield (2000), Graham (1988), Reis e Silva (1989), Silva (1997), e Azevedo (1987). Entretanto, a maior parte desses trabalhos ainda se concentram no período em torno da abolição indo no máximo até os anos 30. A alegação de escassez de fontes se soma à atitude das editoras que consideram o mercado para assuntos relacionados ao negro no Brasil contemporâneo muito limitado.<sup>1</sup>

Já a África do Sul tem estudado o racismo em todas as suas permutações há muito tempo, mas principalmente a partir de 1950, como consequência da implantação do Apartheid. A questão racial tem se apresentado em trabalhos acadêmicos e fora da academia, em áreas como antropologia, sociologia, medicina, história, literatura e outras. Entre os muitos trabalhos utilizados para este estudo, destacam-se *A History of Inequality in South Africa 1652-2002* de Sampie Terreblanche (2002) que explora quatro séculos de relações raciais na África do Sul, desde os primeiros anos de colonização até o período pós-Apartheid, relacionando os interesses econômicos, políticos e sociais das práticas de dominação racial.

Outro importante trabalho é *The Afrikaners: a biography of a people* de H. Giliomee (2003), um exaustivo estudo sobre a experiência afrikaner, com ênfase na história cultural da África do Sul desde os primeiros anos de assentamento até o período do Apartheid. Também de crucial importância para se entender o regime de segregação e suas políticas na África do Sul é o livro de

---

<sup>1</sup> Baseado nas afirmações de representantes de editoras reunidos durante o Encontro de História e Memória dos Afro-Americanos e Afro-Brasileiros, realizado pelo Nirema, PUC-Rio, 2002.



Deborah Posel, *The making of apartheid, 1948-1961: conflict and compromise* (1991), cujo tema central situa-se nos primeiros anos do Apartheid e no impacto da legislação segregacionista. Neste trabalho, Posel explora o modo como o National Party desenvolveu e justificou sua visão política, social e cultural, num mundo que cada vez mais condenava o racismo.

De fato, no período em que o Brasil atuava para negar o racismo e sufocar o debate sobre racialismo, a África do Sul desenvolvia uma política original e um discurso moral com a finalidade de manter a supremacia branca. Em ambos os casos a aplicação prática das intenções do governo e da sociedade apresentavam contradições e limites nas relações cotidianas entre diferentes grupos raciais (POSEL, 2001: 87-113; SKIDMORE, 1993).

O impacto das políticas do National Party foram tão fortes no país, que Michael Green afirma que a história contemporânea da África do Sul deve ser dividida em antes e depois do Apartheid. Da mesma forma, o advento do fim desse regime deve ser caracterizado como uma ruptura, uma quebra, o final da história no formato como vinha sendo concebida por longos anos naquele país (GREEN, 1997).

*Apartheid... is so implicit to the representation of the southern African region and its periodisation, governing these in the way even most vehement opponents are constructed in relation to itself, that attempts to nullify it need to go beyond not just the anti-Apartheid manoeuvres that characterise many of the works I deal with in this book, but even a post-Apartheid vision that still defines itself (in the logic of its strategies as much as its grammatical formulation) in relation to the very things it wishes to leave behind (GREEN, 1997: V).*

Segundo o autor, toda a história deste período, mesmo a história considerada “anti-Apartheid”, se define em relação a este fenômeno e se formata dentro desse conflito, que afeta inclusive a gramática da retórica utilizada. No caso brasileiro, é de se perguntar se a nossa história também não se constitui em torno da negação do racismo e da hierarquia racial no Brasil.

Johan Bergh aponta para o uso do método comparativo em história como uma abordagem que traz novas luzes e interpretações a temas conhecidos, adicionando novas análises ao corpus do conhecimento histórico de diferentes áreas (BERGH, 2003). À afirmação de Bergh, pode-se acrescentar que a história comparativa tem também a função de estimular o diálogo e o debate, sobre temas conhecidos, porém com novas informações e parâmetros para análises.

Daí a importância das universidades e centros de pesquisas abrirem-se para instituições e pesquisadores estrangeiros.

Estudos comparativos sobre questões raciais nos Estados Unidos e no Brasil têm sido desenvolvidos já há algumas décadas, acompanhando o crescente interesse de investigadores norte-americanos desde os anos 60, entretanto seu impacto na historiografia brasileira não foi suficiente para romper a postura de negação que a academia brasileira viveu até recentemente. George Fredrickson, estudioso do racismo nos Estados Unidos e no mundo remarca que estudos comparativos têm que estabelecer uma base de “semelhanças fundamentais” no passado e no presente e, a partir daí, explorar subjetividades e contrastes que venham a explicar as sociedades envolvidas no estudo (FREDRICKSON, 2002; 2001). Ao comparar questões raciais na história dos Estados Unidos, da África do Sul e do Brasil ele alertou para o fato de que uma história comparativa da raça nesses países não é uma mera manifestação de puro interesse científico, mas reflete a ação de ideologias contemporâneas na busca por um “passado usável”:

*Like all history, comparative history is influenced by the location of the historian in time and space. (...) The comparative history of “race” in these societies is clearly not a purely disinterested manifestation of scientific curiosity. To varying degrees, it reflects current interests and ideologies in its search for a “usable past”* (FREDRICKSON, 2001:2).

Marc Bloch (2001), Walter Benjamin (1985) e Antonio Gramsci (1986) são alguns dos teóricos que defenderam o envolvimento do historiador com seu objeto de pesquisa, pelo abandono da posição de neutralidade e pela legitimidade do engajamento político-ideológico dos intelectuais. Esta postura está presente na abordagem do presente trabalho tanto quanto na obra dos romancistas aqui analisados.

### **História e literatura:**

A relação entre história e literatura, que se inicia na história da literatura, tornou-se mais complexa ao ceder espaço para uma abordagem que enfoca a história “por detrás” da obra literária e aplica a metodologia da história cultural para analisar a forma, o conteúdo e as idéias que geraram a obra e que serão influenciadas pela mesma.

Raymond Williams (1992) aponta para a influência do contexto do autor no produto de seu trabalho ao defender que a função intelectual não pode nunca ser isolada do contexto político-social. O autor propõe uma dinâmica criada pela fricção entre elementos *dominante, residual e emergente* para analisar o processo cultural na história (WILLIAMS: 1977). A idéia de elementos residuais que influenciam e estão presentes na cultura também faz parte do pensamento de Walter Benjamin que os chamou de reminiscências e atribui a elas especial importância na literatura. Ele propõe que o ambiente social no qual o autor se insere influencia o seu trabalho, mesmo quando um autor burguês escolhe uma temática proletária (BENJAMIN: 1993). Pensamento semelhante pode ser encontrado em Mikhail Bakhtin (1970), Roger Chartier (1989) e Pierre Bourdieu (1989).

Para Pierre Bourdieu (1989), a ação histórica é dividida em dois níveis: história objetiva e história incorporada, a qual Bourdieu chama de *habitus*, também encontrada no que Michel de Certeau (1994) chamou de *práticas cotidianas*. Assim, a literatura, como outras formas de arte, é influenciada não apenas pela tradição e contexto do autor, mas pelo público ao qual o produto é oferecido.

Porém, o romance em si não deve ser considerado como um espelho da sociedade num particular momento, porque a literatura é um complexo produto da imaginação e experiência individuais, somada a ideologia escolhida. Por esse motivo, o foco desse estudo é a análise de como as questões raciais aparecem nos romances selecionados, como o tratamento dado a essas questões refletem as ideologias adotadas pelos autores e as pressões sócio-ideológicas que estes sofreram durante a sua trajetória. Em outras palavras, considera-se o *locus* – geográfico, político, social e econômico – no qual os autores estavam inseridos, *de onde* eles estavam escrevendo, e *para quem* eles estavam escrevendo (DARNTON:1986).

Este é precisamente o objetivo deste trabalho: focalizar a história, como ela aparece nas práticas cotidianas retratadas nos romances, e as intenções de cada autor em interferir e modificar o seu ambiente. A hipótese levantada durante a preparação dessa dissertação era de que ao se comparar o contexto no qual os autores operaram e o que eles escolheram como temática e cenário para seus romances –incluindo personagens, trama, e a cultura– obtém-se uma

perspectiva sobre como os fatos, as políticas e as crenças influenciaram uma sociedade.

Benjamin afirma que: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1993: 224). Esta imagem pode bem definir o ofício dos romancistas ao descrever as questões raciais na África do Sul e no Brasil no período entre 1900 e 1950. O passado colonial desses países continuava a surgir em flashes, enquanto essas sociedades buscavam uma solução para questões como a miscigenação, o domínio político e a manutenção da ordem econômica e social.

Os problemas sociais enfrentados pelos personagens dos romances analisados e seus conflitos servem para iluminar a condição humana sob as políticas governamentais e as imposições sócio-culturais. Por essa razão, propõe-se que um estudo da literatura numa perspectiva histórica examine não somente a história, mas também como a história é representada nos romances de um período específico. O uso combinado da biografia permite ainda identificar o ser político no romancista e o contexto de suas próprias vidas na trama dos romances. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas às experiências dos ouvintes.” (BENJAMIN, 1993: 201).

Propõe-se, então, o uso da literatura como fonte para a história social e a história cultural. Os romances selecionados são utilizados como fontes primárias, analisadas com o suporte da biografia e da bibliografia. Aqui, em particular, as grandes questões elaboradas são: “Como as questões raciais se manifestam nos romances de Paton, Amado, Lima Barreto e Abrahams?” e “Como esses romances conectam a história da África do Sul, do Brasil e do mundo?”.

### **Os romances e a história:**

Entre os autores selecionados, Lima Barreto (1881-1922) é o mais antigo em idade e publicação. Mulato carioca, nascido antes da abolição, ele revela que durante a sua infância jamais encontrou um escravo nas ruas do Rio de Janeiro, o que reforça a tese de Chalhoub sob a gradativa conquista da liberdade no Rio

de Janeiro e a existência de inúmeros negros e mulatos livres na capital brasileira (CHALHOUB, 1999). Apesar de ingressar na faculdade de Direito do Rio de Janeiro, as condições financeiras precárias de sua família o obrigaram a abandonar os estudos e buscar trabalho. As situações de discriminação e dificuldades econômicas que o autor experimentou em sua vida compõem o personagem Isaías Caminha na obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicada em Portugal em 1909. Este foi o primeiro dos dezoito livros do escritor, alguns lançados depois da sua morte em 1922. O acordo de Lima Barreto com o editor português previa a completa isenção de direitos na comercialização da obra, que se revelou um sucesso instantâneo. Mesmo ciente disso, o escritor manifestou sua gratidão ao editor e manteve sua decisão de não obter qualquer lucro de seu trabalho (LIMA BARRETO, 1956).

As práticas cotidianas de discriminação e o preconceito racial velado ou aberto no país onde não havia leis de segregação ou discriminação contribuíram em muito para manter a pobreza e fazer a vida de negros e mulatos muito mais difícil do que a dos brancos. No romance, situações cotidianas de ofensas leves e discriminações subjetivas levam Isaías a um estado de desencanto com a nova república. Ao final, ele desiste de tentar, aceita ser corrompido e cancela a publicação de suas memórias, que revelariam os bastidores da vida no jornal em que trabalhava.

A sua obstinada crítica à hipocrisia da sociedade brasileira que negava a discriminação racial ao mesmo tempo em que pregava o branqueamento, se aliava às suas crítica a atores políticos e à denúncia de injustiças sociais, presente em vários de seus escritos, fez de Lima Barreto uma figura controversa. Sua simpatia pelo partido comunista, na obra em questão manifesta na figura do Russo que lhe oferece a oportunidade de trabalho e o trata com respeito, não se concretiza em filiação, e o escritor permanece independente de vínculos políticos.

Críticos pertencentes à Academia Brasileira de Letras não encontraram nenhum valor na sua obra e denunciaram o que chamaram de ausência de formalismo em seu estilo, rejeitando sua aplicação como membro. O pouco dinheiro que Lima Barreto recebia provinha de suas publicações em revistas e jornais, somados a um emprego público. A pobreza, o alcoolismo e a depressão o levaram a internações no hospital psiquiátrico e à morte precoce, no mesmo

ano em que se publicava *Clara dos Anjos*.

Essa obra conta a história de uma jovem mulata de dezessete anos que é seduzida e abandonada por um homem branco, apesar de todos os esforços de sua família em protegê-la do fim de tantas mocinhas da mesma condição. Grávida, ela é humilhada pela mãe do sedutor, que rejeita a idéia de ver o filho casado com uma negra. O vilão do romance é Cassi, rapaz sem escrúpulos que se diverte em seduzir mocinhas do subúrbio, levando-as à desgraça ao abandoná-las grávidas. Ao descrever Cassi, Lima Barreto denuncia a injustiça social e o favorecimento de brancos em prejuízo de mulatos e negros também pela justiça do Rio de Janeiro. Cassi nunca é condenado por seus crimes, mesmo quando mata o padrinho de Clara, que tentava alertar a família para as intenções do sedutor. Ele não trabalha, mas tem dinheiro, moradia e sempre usa boas roupas; se um dia resolver trabalhar, sua condição racial o colocará em posição melhor do que negros e mulatos, apesar de ter abandonado a escola, por preguiça de se aplicar aos estudos. Ele é, do início ao fim do romance, o malfeitor, e Clara sua inevitável vítima.

Em *Isaiás Caminha* Lima Barreto relata a luta de um jovem mulato para vencer profissionalmente no Rio de Janeiro, e em *Clara dos Anjos* ele descreve a vida no subúrbio carioca e as precárias condições em que os trabalhadores vivem, mas acima de tudo, os riscos que moças desse meio correm de serem seduzidas e abandonadas, alimentando o ciclo de pobreza em que vivem ao se tornarem mães solteiras e, em alguns casos, prostitutas.

Enquanto Lima Barreto escreve, o Rio de Janeiro está passando por transformações em seu traçado urbano, que causam o deslocamento de famílias mais pobres do centro da cidade para regiões mais distantes e com menos recursos. Nesses lugares a vida não oferece grandes expectativas. Enquanto os homens vivem para o trabalho e são sempre vistos como suspeitos aos olhos da polícia, mulheres têm poucas opções fora os casamentos prematuros, cuja manutenção e equilíbrio baseiam-se na conservação de sua virgindade e honra (FONSECA, 1997: 510-53). Cabe a Clara expressar a condição das mulheres negras e pobres neste período, São dela as últimas palavras do romance: “Mãe, nós não somos nada nessa vida!”.

A exclusão racial apareceu depois nos romances de Jorge Amado, particularmente nos da primeira fase, entre os anos 30 e 50. O escritor branco,

neto de fazendeiro da região cacauzeira da Bahia, Amado começou a publicar seus romances em 1930, e não se pode negar a influência de intelectuais como Gilberto Freyre (1988) nas obras do escritor baiano, particularmente na sua descrição da sociedade patriarcal.

No melhor exemplo do que foi aqui exposto como o pensamento de Benjamin, Jorge Amado é um autor de origem burguesa denunciando a exploração dos agricultores pobres no nordeste, sua região de origem. O romance tem início quando várias famílias de agricultores –alguns descendentes de escravos– é expulsa da fazenda em que vivem porque o herdeiro vendeu as terras para um investidor forasteiro. A presença da ideologia marxista é marcante no argumento tanto quanto na estrutura da narrativa.

Jerônimo é um homem de pele escura, analfabeto, descendente de caboclos e negros, cuja missão é guiar sua família na jornada pelo sertão nordestino castigado pela seca em busca de São Paulo, a terra prometida. São, ao todo, “treze viventes” como explica um dos personagens, incluindo uma cabra e uma gata, que seguem a pé pela caatinga. Dentre os que partem, apenas quatro chegam a São Paulo, onde eles novamente se engajam como agricultores numa grande fazenda.

A saga da família na jornada para fugir da seca e chegar a São Paulo deve ser analisada em junção com os trabalhos de historiadores que estudaram a exploração da mão-de-obra no sertão nordestino e a migração nordestina para São Paulo na primeira metade do século vinte (FALCI, 1995; PASSOS SUBRINHO, 2000; FERLINI, 1988). Fome, doenças e agruras da travessia matam duas crianças e dois adultos, a gata e a cabra são mortas para alimentar o grupo, um membro da expedição desaparece em meio à caatinga para seguir um grupo de fanáticos religiosos, e um casal de primos se emprega numa fazenda como meeiros.

À espera de transporte para o sul, providenciado por fazendeiros de café ávidos por mão-de-obra barata, Marta, a filha de dezoito anos entrega sua virgindade ao médico em troca do “passe” –um certificado de saúde– para que o pai tuberculoso siga viagem, e de alguns vinténs para comprar comida para a família necessitada. Desonrada, ela é deixada numa casa de prostituição enquanto o resto da família segue viagem. Antes mesmo da viagem, as agruras da vida do nordeste já havia extraviado três outros membros da família: um que

vira cangaceiro, outro que vira policial militar e outro soldado.

A solução indicada por Jorge Amado para os desafios enfrentados pela família de Jerônimo, são os mesmos que ele acreditava naquele momento os problemas de desigualdade no Brasil: o comunismo. O final do romance revela Juvêncio, o filho que virara soldado tornar-se um dos líderes comunistas, conforme aconteceu entre os anos 20 e 30 entre jovens militares por todo o Brasil, dando início à coluna Prestes.

A visita da mãe e do único sobrinho de Juvêncio que sobreviveu à viagem à prisão da Ilha Grande, marca o momento em que Amado expressa com clareza o ideal comunista, que acreditava capaz de anular as diferenças de classe e, em consequência as de raça. Também descreve um importante momento da história do Brasil, quando a ditadura Vargas colocou na prisão os líderes do Partido Comunista Brasileiro. Jorge Amado foi também preso várias vezes por períodos curtos e teve amigos que passaram períodos mais longos naquela prisão. No final o garoto, também se junta aos comunistas e volta ao nordeste para organizar os trabalhadores rurais e divulgar os ideais comunistas.

Comunismo e organização do movimento trabalhista são também a mensagem de *Mine Boy*, escrito por Peter Abrahams e publicado em 1946, no mesmo ano em que *Seara Vermelha*. Neste mesmo ano, a África do Sul enfrentava uma das maiores greves de trabalhadores das companhias de mineração, com mais de 75 mil trabalhadores negros envolvidos, e que foi violentamente suprimida pelo governo Smuts, com muitas prisões e mortes. As greves fazem parte da história do trabalho na África do Sul, assim como os conflitos inter-étnicos e inter-raciais.

Em 1922, a influência do partido comunista era visível entre os movimentos de trabalhadores. Naquele ano, durante uma greve, os trabalhadores brancos carregavam faixas que diziam: “WORKERS OF THE WORLD, UNITE AND FIGHT FOR A WHITE SOUTH AFRICA” (Trabalhadores do mundo, uni-vos e lutai por uma África do Sul branca), dizeres que expressavam a competição entre operários brancos e negros, numa postura que seria combatida no romance de Abrahams duas décadas depois (FEINSTEIN, 2002:81; THOMPSON, 2001).

*Mine Boy* apresenta ainda outros desafios do cotidiano das *townships*, as favelas ao redor de Johannesburg, como o alcoolismo, a repressão policial, a



demanda por “passes”, para negros e mulatos andarem pelas ruas da cidade, a venda ilegal de bebidas e a pobreza. Xuma é o jovem vindo de uma comunidade tribal do interior em busca de trabalho nas minas de Johannesburg para ajudar sua família que vive na reserva. Uma lei assinada em 1913 colocava mais de 80% das terras da África do Sul à disposição de agricultores brancos, e reunia a população negra da zona rural em reservas (TERREBLANCHE, 2002). Isoladas e sem terras para plantar, muitas famílias enviaram seus homens –maridos e filhos– para buscarem trabalho na cidade, quebrando a estrutura cultural e familiar e levando ao que muitos denunciaram como desintegração do sistema tribal na África do Sul.

A experiência de Abrahams, que viveu numa *township*, o leva a retratar os personagens negros de uma forma muito mais ativa do que se verá nos escritos de Alan Paton, por exemplo. Na *township*, Xuma encontra amizade e amor, mas também segregação, violência, exploração e corrupção. A luta pela sobrevivência e o desafio às injustiças impostas pelo regime de segregação estão nas figuras de Léa, a matriarca negra que fabrica e vende a bebida ilegal e de Paddy, o supervisor comunista que quer ser amigo de Xuma e ensina a ele que todos são iguais e têm os mesmos direitos. Paddy é um Irlandês que supervisiona um grupo de trabalhadores negros nas minas, incluindo Xuma, mas não acredita na segregação racial. A possibilidade de uma nova sociedade sem barreiras raciais se expressa num trecho do diálogo entre Xuma e Paddy, sobre o alcoolismo de um dos trabalhadores negros:

- *Johannes is black like me and he knows Elisa left me because of the white man, he knows Leah is in jail because of that. When he is sober there is a great unhappiness in his heart because he knows these things.*
- *There is always great unhappiness in my heart.*
- *You are white.*
- *I am a man first. I want you to be a man first and then a black man. (...) It is not good to think only as a black man or as a white man. The white people in this country think only as white people and that is why they do this harm to your people.*
- *Then, I must think as a black man.*
- *No. You must think as a man first. You must be a man first and then a black man. And if it is so you will understand as a black man and also as a white man. (...) When you understand that you will be a man with freedom inside your breast. It is only those who are free inside who can help free those around them. (ABRAHAMS:1989, 172-3)*

O capítulo final é o início da greve em protesto contra as perigosas condições de trabalho nas minas, que custaram a vida de Johannes. Xuma e

Paddy são os que lideram a greve lado a lado. A visão otimista de Abrahams propõe um novo tempo para a África do Sul, no qual a união de brancos e negros levaria a um futuro melhor. Dois anos depois da publicação do romance, a África do Sul elegeria o partido que levou o Apartheid às últimas conseqüências e ficaria no poder por mais de quarenta anos.

A segregação racial e a exploração dos negros pelos brancos também é o tema central do romance de Alan Paton *Cry, the Beloved Country*, publicado também em 1946. Diferentemente de Abrahams, essa novela é basicamente pessimista em relação ao problema de segregação, que também se mostra na forma como a história é narrada. As conseqüências das políticas de segregação como a criminalidade, deslocamento e desagregação familiar, pobreza, alcoolismo e prostituição estão presentes na história, mas de forma diferente que em *Mine Boy*. A narrativa de Paton se mostra como a descrição de uma paisagem vista de uma janela distante, os personagens negros não participam ativamente de seu enredo, mas esperam ou agem passivamente em relação à ação dos brancos que, por sua vez parecem estrangeiros em seu próprio país.

O enredo começa quando Stephen Kumalo uma padre da Igreja Anglicana, membro de uma comunidade Zulu do interior do país recebe uma notícia de Johannesburg sobre sua irmã, que a tempos partira da vila para buscar seu marido, que havia ido antes, para trabalhar nas minas. A comunidade de Kumalo vive em um território empobrecido, com terras castigadas pela seca e pela erosão, e a sociedade perecendo pelo êxodo dos mais jovens, que partem para Johannesburg em busca de trabalho. O pastor teme que a sua comunidade esteja em vias de se extinguir. Ao lado da sua vila vive Arthur Jarvis, um fazendeiro de origem inglesa, com o qual Kumalo nunca travou amizade, apesar de serem vizinhos há muitos anos.

Kumalo deixa a reserva e parte para socorrer sua irmã numa longa e amarga jornada, na qual ele irá descobrir que seu cunhado desapareceu, a irmã tornou-se uma prostituta alcoólatra, seu irmão que partira muito antes, é agora um líder corrupto entre os negros da *township* e, o que é pior, seu jovem e único filho, Absolom, acaba de matar Arthur, o filho de seu vizinho Jarvis, numa tentativa de roubo e será condenado a morrer enforcado. Absolom e Arthur, apesar de terem sido vizinhos também não se conheciam.

Enquanto cada pai tenta entender as circunstâncias que envolveram seus

filhos nessa tragédia, eles travam conhecimento um do outro. Mais do que isso, Kumalo descobre que, em Johannesburg, as condições de vida de sua gente é ainda pior do que na comunidade e Jarvis percebe que seu pai era um intelectual liberal, que se opunha à segregação, acreditava na igualdade racial e defendia que a dominação e exploração dos negros eram a maior causa para a criminalidade e o vício.

Ao final, os dois homens têm apenas seus netos, Kumalo leva para a comunidade a jovem companheira de seu filho que está para ser mãe e Jarvis se aproxima de seu neto de 10 anos, que se parece tanto com o pai e mostra preocupação para com o sofrimento do povo negro, que vive nas proximidades da fazenda, e curiosidade para entender a vida dos vizinhos e aprender sua língua. Paton descreve as paisagens da África do Sul de forma melancólica. A beleza é dominada pela tristeza e pelo drama que esse povo vive, sem conhecer um ao outro, em total oposição. A única esperança para seu país está nas mãos da nova geração, mas Paton vê como saída o paternalismo dos brancos em relação aos negros. Não há igualdade, apenas o reconhecimento de que os brancos precisam ajudar os negros.

De acordo com seus biógrafos, neste romance, Paton obtém sucesso em retratar uma face da África do Sul nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial, incorporando aspectos da vida social e política dos sul-africanos à sua narrativa (CALLAN, 1968). Ele apresenta, por exemplo, uma cena em que o religioso e seu amigo precisam se deslocar pela cidade, mas não há meios por causa do boicote em protesto contra o aumento das tarifas dos transportes reservados para negros. As propostas e análises apresentadas no romance refletem a filiação de Paton ao Partido Liberal, o qual ele dirigiu por anos e a sua experiência como diretor de um reformatório para meninos negros, principalmente quando defendem a volta à comunidade para defesa da família e a melhoria na qualidade da educação dada aos negros.

*Cry, the beloved country* compara-se a *Seara Vermelha* no enredo, que descreve uma jornada, na qual os personagens principais aprendem sobre o sistema que os explora. A diferença é que o grupo vitimizado em *Seara Vermelha* é ativo nas suas escolhas, para resistência e sobrevivência, enquanto o grupo retratado por Paton apenas espera que os opressores mudem de atitude.

Ao lado da exploração e da exclusão econômica, outro aspecto importante

do racismo encontrado nos romances é o amor e o sexo inter-racial. A rejeição e o temor causado pela possibilidade de “contaminação racial” em relações entre brancos e não-brancos dominou romances sul-africanos antes e durante o Apartheid. No Brasil, essas relações também foram representadas como problemáticas durante a primeira metade do século vinte, revelando uma tendência em evitar-se o envolvimento amoroso entre brancos e negros como temas para tramas românticas.

O medo da sexualidade de negros e *coloureds* e da miscigenação é tema central dos romances *The Path of Thunder*, de Peter Abrahams (1948), e *Too Late the Phalarope*, de Alan Paton (1953). Ele aparece também em *Jubiabá*, de Jorge Amado (1935), e de maneira um pouco diferente em *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto (1922).

*Too Late, the Phalarope* foi escrito após a publicação do Ato de Proibição de Casamentos Mistos de 1949 (Prohibition of Mixed Marriages Act) e do Ato contra Imoralidade de 1950 (Immorality Act), que tornou crime as relações sexuais entre brancos e não-brancos na África do Sul, proibindo também os casamentos entre pessoas de diferentes grupos raciais. Essas leis, que por um lado refletiram as preocupações de uma grande parcela da sociedade –em especial dos afrikaners, em conter relacionamentos desse tipo, por outro mostra que havia de fato uma tendência de miscigenação, que a lei tentava combater (POSEL, 2001: 87-113; TERREBLANCHE, 2002; GILIOME, 2003). Essa regulamentação fez parte da plataforma eleitoral do National Party e estão entre as primeiras providências tomadas pelo governo eleito em 1948.

O romance de Paton conta a história de Pieter van Vlaanderen, um policial Afrikaner, casado e membro de uma respeitável família numa pequena cidade do interior que luta contra uma intensa paixão pela *coloured* Stephanie. O pai de Pieter é um fervoroso nacionalista que rejeita qualquer relacionamento misto, inclusive os casamentos entre afrikaners e britânicos. A sociedade na qual Pieter se insere condena os relacionamentos inter-raciais e está pronta a denunciar e punir qualquer desobediência a essa norma, por acreditarem tratar-se de um ato contra a vontade divina. Pieter aprendeu desde criança sobre a proibição e sente-se sujo, impuro, por não poder controlar o seu desejo.

A segregação e a superioridade branca imposta sobre a população Africana e mestiça é mostrada em situações que retratam o cotidiano, como, por

exemplo, o tratamento reservado aos empregados domésticos, chamados “*boy*” ou “*girl*”, mesmo em se tratando de adultos, denota a infantilização dos dominados e a norma paternalista. Um outro aspecto é a dificuldade que Stephanie encontra para conseguir um emprego e ganhar o dinheiro necessário para sustentar sua família. Desempregada, ela passa a vender *kaffir beer*, a bebida ilegal dos negros, e é freqüentemente mandada para a prisão. O personagem de Stephanie é um exemplo do fenômeno estudado por Julie Baker (1992:139-61), o desemprego que impele mulheres negras e *coloureds* a optar pela venda da bebida ilícita como única forma de sustento para suas famílias, arriscando-se a serem presas e sempre voltando às mesmas atividades. Também ilustra um outro fenômeno analisado pela mesma autora, que é o das mulheres que saem das comunidades para trabalharem nas cidades, indicando uma independência que contrasta com o modelo patriarcal africano.

O caso entre Pieter e Stephanie é descoberto quando ela é presa mais uma vez e ameaçada de perder a tutela de seu único filho, caso não denuncie o policial considerado corrupto. A desgraça recai não sobre ela, porque a sociedade não alimenta qualquer expectativa sobre a sua conduta, mas sobre Pieter e toda a sua família. Sua mãe perde a posição no comitê de caridade, sua irmã é forçada a romper o noivado, seu pai comete o suicídio.

A tragédia descrita por Paton, não é, entretanto, um caso de amor. Porque em momento algum o autor declara que Pieter ama Stephanie, que é sempre descrita como “*girl*”, o filho que ela tanto protege e que inspira pânico na tia de Pieter que o quer enviar para longe, não é claramente explicado como filho do policial. Poucas falas são atribuídas a Stephanie, seu personagem é silencioso e de atitudes subjetivas. Ao final da trama, sabe-se o que aconteceu a Pieter, mas Stephanie desaparece completamente. O personagem não retrata um indivíduo, mas o instrumento da desgraça de um homem de bem. Ela é usada sexualmente por Pieter, e pelo autor, como instrumento que vai deflagrar e explicar a tragédia. As mulheres afrikaners são descritas como personagens fortes e ativos, contrastando com a passividade de Stephanie.

A dificuldade em Paton em retratar o “mundo dos negros e *coloureds*” que se apresenta nos dois romances analisados reflete a segregação da sociedade em que o autor se insere, e é explicada por Gordimer (1988) como um dos mais persuasivos efeitos da política do Apartheid. Ela justifica essa dificuldade em

descrever e escrever sobre o “outro lado”, pelo isolamento imposto pelo sistema, que impediu autores brancos de conhecerem o mundo dos brancos e não-brancos, a não ser pela perspectiva de patrões-empregados ou tutores-tutelados.

O amor entre uma mulher branca e um homem mulato será descrito por Abrahams em *The Path of Thunder*, refletindo a experiência do autor, que se casou com uma mulher branca após deixar a África do Sul. Lanny é um *coloured* que passou parte de sua vida adulta em Cape Town, onde foi estudar graças a uma bolsa de estudos. Ali ele experimenta uma atmosfera de liberdade e relativa igualdade, como não havia em nenhum outro lugar de seu país na época. Ao terminar seus estudos ele volta para sua pequena vila, num território dominado por afrikaners para fundar uma escola e melhorar a vida de outras crianças como ele. Lá ele conhece e se apaixona por Sarie, a sobrinha do fazendeiro, pertencente à família mais rica da região.

O romance também discute a origem de comunidades inteiras de *coloureds*, como fruto da exploração sexual de mulheres negras por homens brancos, como é o caso da mãe de Lanny, e a divisão entre negros e *coloureds*, como fator de manutenção do poder dominante nas mãos dos brancos. A riqueza da família de Sarie contrasta com a pobreza da comunidade onde nasceu Lannie, que é analisada por McClintock (1991) como uma descrição simbólica da complexa desigualdade na África do Sul, que combina a exploração econômica e a profunda intimidade (sexual).

Os afrikaners da pequena cidade identificam em Lanny o inimigo que ameaça a aparente tranqüilidade do lugar. Suas roupas e maneiras educadas, pela sua intenção de abrir uma escola e pela sua atitude de auto-confiança são vistas como desrespeito, e o tipo de comportamento e atitude que devem ser combatidos para não se tornarem exemplo. Diferentemente, o jovem judeu filho do negociante do lugar abre as portas para Lanny, assim como para o professor negro da comunidade Zulu. É no diálogo entre esses três amigos que Abrahams expõe suas convicções políticas e suas idéias anti-segregação.

No relacionamento de Lanny e Sarie o equilíbrio se expressa na trocas simbólicas: Sarie é branca, mas não é educada como Lanny, nem viajou como ele. A brancura da pele dela é compensada pela educação dele e, ao final descobre-se que Sarie é filha do menino adotado pela sua avó, enquanto Lanny é irmão do fazendeiro que trama contra a sua vida. Essa relação é, porém,

impossível na África do Sul, e o final do romance demonstra isso quando o casal morre lutando contra um grupo de afrikaners liderado pelo tio da moça. O absurdo do racismo impede não apenas o amor entre dois jovens como também a educação e o progresso que ela traria na luta contra a pobreza.

Jorge Amado também explora o amor inter-racial, mas sob uma outra vertente: a do amor impossível de um jovem negro por uma mulher branca em Salvador ao final dos anos 40. O título do romance, *Jubiabá* é um tributo ao candomblé, alvo das políticas de combate às religiões africanas levada a cabo durante o governo Vargas. O personagem central do romance é Antonio Balduíno, um jovem negro nascido nos barracos de Salvador e entregue para ser criado por uma família de brancos quando sua tia enlouquece. A exploração do trabalho infantil, a discriminação racial e a violência estão na primeira parte da história de Balduíno. Aos quinze anos, acusado de espiar a filha do senhor no banho – a jovem Lindinalva, ele é severamente espancado, e decide fugir para viver nas ruas de Salvador. Nas ruas ele se torna mendigo e um pequeno delinqüente, enfrenta a fome e a violência policial. Sua trajetória vai de marginal a líder sindical durante a greve dos estivadores na Bahia.

É significativo o modo como Amado abre o romance, introduzindo Balduíno como o lutador de box negro que venceu o adversário alemão, contrariando as aspirações nazistas de superioridade racial. Em toda a sua trajetória o herói não consegue superar o racismo e as marcas que este deixa em seu caráter. Apaixonado por Lindinalva, que tem por ele rejeição, ele segue idealizando a amada em todas as mulheres que encontra. Na mente do negro, aquela mulher é pura e inocente, como as imagens de santa que enfeitavam o seu quartinho.

Mesmo quando Lindinalva é abandonada grávida pelo noivo e, sem recursos, torna-se uma prostituta, Balduíno não se atreve a pagar para fazer sexo com ela. Ao morrer Lindinalva vê lado pela última vez e lhe pede perdão, entregando a ele seu filho branco, que ele irá ajudar a criar. Neste ponto, Balduíno já é um herói da greve, que Jorge Amado descreve apaixonadamente, mostrando o poder daqueles homens e mulheres negros e pobres em lutar por uma vida melhor. O elemento marcante no final de *Jubiabá* se opõe a *Too late the beloved country*, quando um herói negro é a esperança de uma vida melhor para uma criança branca.

Lima Barreto descreveu com suspeita o relacionamento amoroso entre brancos e negros. Em *Clara dos Anjos* a possibilidade de amor inter-racial está em dona Margarida e seu falecido marido –ele negro, ela branca– porque a força moral do homem e seu talento como carpinteiro o levaram a merecer o amor dela. Entre Cassi e Clara, há apenas a sedução, o desrespeito e o abandono. Ao descrever o personagem Cassi, Lima Barreto denuncia os estereótipos: branco/bom–negro/mal. O mal-caráter possui as feições comumente associadas a figuras angelicais: cabelo louro e olhos azuis.

O autor usa o romance como um alerta para jovens da mesma condição de Clara, para que não se iludam com jovens louros de fala macia. Escrito no momento em que o debate feminista repercutia na imprensa e no comentário popular, o romance fala contra a super-proteção das mulheres em detrimento da educação formal, que poderia lhes oferecer meios de serem independentes e menos indefesas.

### **Considerações finais:**

Cada um dos autores examinados tiveram um compromisso político, ainda que nem sempre partidário, em interferir na realidade de suas sociedades, principalmente no que concerne a problemas como a exclusão econômica e o racismo. Os romances, aqui analisados, têm em comum a forma aberta como exploraram essas questões opondo-se ao movimento imposto pelo governo de seus países. Os escritores recriaram contradições e dilemas vividos em seus países e propuseram soluções para melhorar as relações entre negros e brancos.

Os escritores são, como a menina dos fósforos do conto popular, vítimas da realidade que os oprime, eles acendem os fósforos iluminando cenas que traduzem a sua ansiedade em meio à escuridão. Amado e Paton escrevem em meio a governos autoritários e repressivos, denunciando a desigualdade; Abrahams escreve para mostrar ao mundo a vida de seus compatriotas no país que ele mesmo havia deixado aos 19 anos de idade; e Lima Barreto é uma voz isolada durante a Primeira República a denunciar as desigualdades na capital do Brasil.

A condição racial e social de Paton e Amado os coloca na posição daqueles que narram aquilo que observam de suas janelas, como alguém que observa o



movimento das ruas e dos vizinhos de uma janela no andar superior. Sendo que Jorge Amado tem o privilégio de poder se aproximar mais da paisagem que ele descreve, de falar com os transeuntes e lhes ouvir as histórias que serão re-inventadas no romance. Por outro lado, Lima Barreto e Peter Abrahams, descrevem seu próprio ambiente, entremeado por suas memórias e pelas experiências de pessoas a eles ligadas. Eles são ao mesmo tempo, testemunhas e atores nas tramas narradas por sua ficção.

Porém, esses romances não eram direcionados ao público que teria um interesse maior na mudança social, cultural, política e econômica. No Brasil, tanto quanto na África do Sul, os altos níveis de analfabetismo entre negros entre 1900 e 1950, e a pobreza a que estavam relegados proibiam-lhes o acesso a livros, a não ser em casos excepcionais. A responsabilidade da mudança foi colocada nas mãos de estrangeiros, como no caso de Alan Paton e Abraham que publicaram primeiramente fora da África do Sul, e nas mãos da classe média e de uma parcela da elite que poderia vir a ler tais livros.

O tratamento dado a questões relacionadas ao amor e à sexualidade revelou que em ambos os países o amor entre pessoas de grupos raciais diferentes era visto como uma tragédia, sem a possibilidade de um final feliz. Nenhuma das obras apresentou com naturalidade o amor de uma pessoa branca por uma pessoa negra. A exceção está na obra de Abrahams, mas o herói é um *coloured* de alta educação.

O contrário, porém é tido como natural e esperado: o amor de negros e mulatos por pessoas brancas, que leva à tragédia, ao abuso, ou a ambos. Peter Abrahams, Jorge Amado, Alan Paton e Lima Barreto apresentaram homens brancos seduzindo ou abusando sexualmente de mulheres negras ou mulatas.

Análise dos romances mostrou-se válida para entender o racismo nos dois países, naquele período histórico. A questão racial é intimamente relacionada a sentimentos, ela está na raiz da história cultural e nas vivências do cotidiano, mas apresenta-se de forma muito subjetiva nos documentos primários, sejam eles escritos, imagéticos ou orais.

A representação de cenas do dia-a-dia na trama dos romances, pode ser usada para lançar luz sobre vários aspectos dessa questão e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a pessoas comuns, através dos personagens construídos pelos escritores. Também é importante considerar que ao construir seus personagens

e sua trama, os romancistas têm um objetivo em mente, e suas crenças e ideologias transparecem em cada linha de seus escritos.

O fato de que a sociedade brasileira nunca viveu a segregação racial na forma como ocorreu na África do Sul não é indicador de igualdade entre brancos e negros, como também não o é o alto índice de miscigenação no Brasil. E por falar nisso, é bom frisar que apesar das leis e costumes contrários, houve uma importante miscigenação na África do Sul, e nem toda ela foi fruto de abusos ou seduções. Os romances mostraram que o que está escrito nas leis apresenta-se bem diferente no cotidiano.

O objetivo deste artigo é lançar alguma luz em certos aspectos do racismo nessas sociedades que continuam lutando para superar a discriminação racial e as divisões por ela causadas. De acordo com Walter Benjamin (1993:224), os historiadores carregam consigo o engajamento político provocado pela certeza de que “mesmo os mortos não estarão seguros enquanto o inimigo não for vencido. E este inimigo ainda não deixou de ser vitorioso”. Não no Brasil, nem na África do Sul.

### **Bibliografia:**

ABRAHAMS, Peter. *Mine boy*. Johannesburg: Henneman, 1989.

\_\_\_\_\_. *The path of thunder*. Cape Town: David Philip, 1984.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

\_\_\_\_\_. *Seara Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKER, Julie. Prohibition and illicit liquor, on the Witwatersrand, 1902-1932. IN: CRUSH, Jonathan e AMBLER, Charles. *Liquor and labor in southern África*. Athens: Ohio University Press, 1992, pp.139-61.

BAKTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Contexto, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERGH, J. S. White supremacy twenty years on: opportunities for comparative historical research. IN: *História* 48(1), 2003, pp. 355-372.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BUTLER, Kim. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post*

- abolition São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers, 1998.
- CALLAN, Edward. *Alan Paton*. New York: Twayne Pub., 1968.
- CAULFIELD, Sueann. *In defense of honor: morality, modernity and nationality in Rio de Janeiro: 1918-1940*. Campinas: Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- COETZEE, Jacobus M. *White writing. On the culture of letters in South Africa*. Johannesburg: Yale University Press, 1988.
- CORWIN, A. F., Afro-Brazilians: myths and realities. IN: TOPLIN, R. B. (ed.). *Slavery and race relations in Latin America*. Connecticut: Greenwood, 1974, pp. 385-438.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEGLER, Carl. *Neither black, nor white*. Madison: University of Wisconsin, 1971.
- FALCI, Miridan Brito Knox. *Os escravos do sertão*. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- FEINSTEIN, Charles H. *An economic history of South África. Conquest, discrimination and development*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- FERLINI, Vera A. *Terra trabalho e poder*. São Paulo: EDUSC, 1988.
- FERRO, Marc. *Colonization: a global history*. London/New York: Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The use and abuse of history*. London/New York: Routledge, 2003.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. IN: PRIORI, Mary del (ed.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1997, pp. 510-53.
- FREDRICKSON, George M. Race and racism in historical perspective: comparing the United States, South Africa and Brazil. IN: HAMILTON, Charles et all (org.). *Beyond racism: race and inequality in Brazil, South Africa and the United States*. Bolder/London: Westview Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Racism: a short history*. Princetown: Princetown University Press, 2002
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, 20a. ed., 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, Global, 2004.
- GILIOMEE, H. *The Afrikanners: a biography of a people*. Cape Town: Tafelberg, 2003.
- GORDIMER, Nadine. *The essential gesture. Writings, politics and places*.

Johannesburg/Cape Town: Penguin, 1989.

GRAHAM, Sandra L. *House and street: domestic servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6a. ed., 1986.

GREEN, Michael. *Novel histories: present, past, and future in South African fiction*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Linn. *Beyond racism: race and inequality in Brazil, South Africa and the United States*. London: Lynne Rienner, 2000.

Lima Barreto, *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995.

McCLINTOCK, Anne P. The very house of difference: race, gender, and politics of South African women's narrative. IN: LaCAPRA, Dominick. *The bounds of race. Perspectives on hegemony and resistance*. London: Cornell Univ. Press, 1991, pp. 72-103.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. Reordenamento do trabalho – trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Araçaju, FUNCAJU, 2000.

PATON, Alan. *Cry, the beloved country*. London: Vintage, 2002.

\_\_\_\_\_. *Too late, the phalarope*. New York, Simon and Schuster, 1995.

POSEL, Deborah. *The making of apartheid, 1948-1961: conflict and compromise*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Race as common sense: racial classification in twentieth-century South Africa. IN: *African Studies* 44(2), pp. 87-113.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSA RIBEIRO, Fernando, Apartheid e democracia racial: raça e nação no Brasil e África do Sul. IN: *Estudos Asiáticos* 24, 1993, pp. 95-120.

\_\_\_\_\_. Classifying race and whitening the nation. IN: *Safundi, the Journal of South African and American Studies* 5(3), 2004, pp. 1-14.

\_\_\_\_\_. Ideologia nacional, antropologia e a questão racial. IN: *Estudos Afro-Asiáticos* 31, 1997, pp. 79-89.

\_\_\_\_\_. *Apartheid and “democracia” racial: South Africa and Brazil compared*. Phil. Doctor dissertation, Universiteit of Utrecht, 1996.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: EDUSP, 1993.

\_\_\_\_\_ & REIS, Leticia S.(org.) *Negras Imagens*. São Paulo: Edusp, 1996.

SEIDMAN, Gay. *Manufacturing militance: workers' movements in Brazil and*

*South Africa, 1970-1985*. Berkley/London, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York: Duke University Press, 1974.

SUESS, Paulo. A historia dos outros escrita por nós: Apontamentos para uma autocrítica da historiografia do cristianismo na América Latina. IN: *Vinte anos de produção historiográfica da CEHILA. Balanço crítico*. Encarte do Boletim da CEHILA. n°s 47-48, março de 1994, pp. 2-14

TERREBLANCHE, Sampie. *A history of inequality in South Africa, 1652-2002*. Sandton: University of Natal Press, 2002.

THOMPSON, Leonard. *A history of South Africa*. New Haven/London: Yale University Press, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxism and literature*. Oxford, 1977.

Colaboração recebida em 29/12/2008 e aprovada em 03/03/2009